

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS/PA

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2022**



Agente de Polícia Legislativa

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



CARGO: AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A rainha está morta: e agora?

Seria o “vida longa ao Rei!” tão óbvia resposta ou teria o Direito Constitucional esquecido que ainda existem monarquias entre as nações?

Desde o século XV, quando Carlos VII da França ascendeu ao trono, a resposta à pergunta do título que salta à cabeça de todos é “vida longa ao Rei!”. Resposta essa baseada na lei da transferência imediata da soberania do monarca morto ao seu sucessor.

No Reino Unido atual, assim como na França do século XV, “os mortos agarram os vivos” (em tradução livre do original francês: “*le mort saisit le vif*”). Portanto, não há vácuo de poder na transição dinástica do Rei defunto para o Rei sucessor.

Assim foi com o então Charles, Príncipe de Gales. No exato instante em que a Rainha Elizabeth II deu seu último suspiro, no último dia 8 de setembro, sua lúgubre (e longa) espera por alcançar o seu destino acabou. Charles – “pela graça de Deus” ou simplesmente pelo arcabouço constitucional britânico – ascendeu à posição a qual estava predestinado, tornando-se o atual Charles III do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Chefe da Comunidade Britânica.

Com sangue, suor, lágrimas, ferro e fogo, decapitações, esquarteramentos, revoluções políticas, religiosas e econômicas, o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido – não sem algum moderno questionamento separatista ou republicano – se consolidou.

Desde a ascensão de Charles III ao trono, no entanto, muito vem se debatendo sobre o papel que o novo monarca exercerá à sombra do legado materno – que garantiu a manutenção da monarquia britânica no século XX e permitiu sua penetração no século XXI. Muito se especula se ele será a ruína da monarquia, essa instituição milenar, que, após severos golpes desde o final do século XVIII, entrou em decadência e se cristalizou como forma de governo em pouco mais de 40 países, dos quais um terço agora está sob seu domínio pessoal como chefe de Estado.

Quem hoje pode, com clareza e propriedade, responder a essa pergunta? Quem pode responder verdadeiramente quais são os limites, prerrogativas e direitos políticos e pessoais de um monarca no século XXI? Quem pode explicar a manutenção dessa forma de governo supostamente anacrônica em nosso tempo? Quem pode interpretar o aparente paradoxo de uma forma de governo (teoricamente) antidemocrática – por se basear em sucessão hereditária do chefe de Estado – ser aquela que vige em 9 dos 15 países mais democráticos do mundo, segundo último levantamento do Índice de Democracia da *The Economist*?

Não identificamos dentre a produção acadêmica realizada no Brasil, comentarista, analista político ou jurista que tenha bagagem para responder a essa pergunta. No mundo? Um apinhado de contar nos dedos.

Como apontou o jurista *Luc Heuschling*, Professor da Universidade de Luxemburgo, as monarquias europeias para os observadores estrangeiros são “um mundo totalmente diferente, feito de pompa, meandros legais [...] e escândalos sobre a vida privada da realeza”. Segundo ele, na literatura do chamado

“Direito Constitucional Global”, no entanto, esse tópico é um ponto em branco. Em termos globais, a ciência política, incluindo os próprios países monárquicos, acabou por devotar extensivos estudos a outras instituições do Estado, como a presidência nas repúblicas.

Mesmo no Reino Unido, se estiverem certos os professores *Robert Hazell* e *Bob Morris*, da *University College London*, não houve qualquer nova teoria ou estudo sobre essa forma de governo desde “*The English Constitution*” por *Bagehot*, em 1867.

Ou seja, não há qualquer grande debate acadêmico atual que explique a relação entre as monarquias e a atual concepção de democracia e o desenvolvimento democrático (aparentemente quase exemplar em alguns casos). Não há qualquer debate em que se discuta o papel e o limite de atuação de um monarca no século XXI, ou mesmo quais seriam as limitações aos seus direitos fundamentais. Pode o monarca se recusar a sancionar uma lei? Pode o Rei dissolver o Parlamento ou demitir o Primeiro-Ministro, afinal o governo é constituído em seu nome? Possui o Rei a liberdade de se casar com quem bem entender, de votar, de exercer sua liberdade de expressão? São essas perguntas que a atual literatura jurídica deixou de estudar.

É como se, em nível acadêmico, tudo o que valesse a pena ser dito sobre as monarquias e os monarcas já tivesse sido dito na literatura do século XIX e as questões contemporâneas das monarquias fossem apenas semelhantes às das repúblicas. O mundo, contudo, mudou drasticamente nos últimos 100 anos. [...]

No mundo, milhões de pessoas vivem sob essa forma de governo em mais de 40 países – tanto em regimes democráticos, quanto antidemocráticos. Talvez seja o momento de nos atentarmos que as monarquias ainda existem e – para além de explicar ou especular apenas sobre o futuro de um novo monarca – estudar atentamente (e sem preconceitos) seus sucessos ou fracassos para, nos exemplos, aprimorar nossas próprias instituições.

Se Charles III será um bom ou mau Rei, só o tempo dirá, mas seu reinado poderá servir, caso aproveitemos essa chance, para estudar as dinâmicas dessa forma de governo há tanto esquecida pela Academia.

Prestemos atenção, pois a maior monarquia da Terra está em transição.

Vida longa ao Rei!

(*Guilherme de Faria Nicastro, 14 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/373391/a-rainha-esta-morta-e-agora>. Adaptado.*)

Questão 01

Após a leitura do texto, pode-se afirmar que o título “A rainha está morta: e agora?” apresenta um questionamento em referência a um momento específico e demonstra:

- A) Ironia em relação à atual situação vivida pelo Reino Unido.
- B) Disposição para fomentar uma discussão acerca da importância da monarquia no século XXI.
- C) Preocupação intencionalmente exagerada com o momento sócio-político a que se refere o texto.
- D) Proposição de uma discussão acerca de possíveis mudanças (ou permanências), reflexos e consequências decorrentes de um fato sócio-político de grande relevância.

Questão 02

“Com sangue, suor, lágrimas, ferro e fogo, decapitações, esquarteramentos, revoluções políticas, religiosas e econômicas, o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido – não sem algum moderno questionamento separatista ou republicano – se consolidou.” (4º§) Acerca dos sinais de pontuação empregados no trecho destacado a seguir, está correto o que se afirma em:

- I. A maior parte das vírgulas empregadas demonstram a separação de elementos, termos coordenados, de uma enumeração.
- II. O trecho separado pelo duplo travessão trata-se de um trecho intercalado ao qual atribui-se ênfase de forma intencional.
- III. Os elementos separados por vírgulas classificam-se como orações coordenadas, independentes umas das outras no enunciado, indicando uma sequência progressiva no contexto apresentado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 03

As alternativas a seguir apresentam diferentes possibilidades de reescrita para o trecho “Portanto, não há vácuo de poder na transição dinástica do Rei defunto para o Rei sucessor.” (2º§) Assinale a alternativa que mantém a correção gramatical e semântica do trecho original.

- A) Entrementes, é inexistente – na transição do Rei defunto para o Rei sucessor – registro de algum vácuo de poder.
- B) Destarte, pode-se afirmar que não há ocorrência de vácuo de poder na transição dinástica do Rei defunto para o Rei sucessor.
- C) Não havendo, portanto, quaisquer possibilidade de vácuo de poder na transição dinástica do Rei defunto para o Rei sucessor.
- D) Não há segmentação de poder, em uma transição dinástica, como a observada para o Rei sucessor, precedendo-o o Rei defunto.

Questão 04

De acordo com a estrutura linguística do fragmento “Seria o ‘vida longa ao Rei!’ tão óbvia resposta ou teria o Direito Constitucional esquecido que ainda existem monarquias entre as nações?”, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Pode-se observar a ocorrência de orações independentes coordenadas.
- () A relação de sentido entre as coordenadas apresenta-se de forma explícita por meio do emprego de um conectivo.
- () O pronome relativo “que” tem a função de introduzir a oração subordinada complementar quanto ao sentido em relação à principal.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, V.

Questão 05

A intencionalidade do enunciador pode se manifestar em um texto por meio de recursos da linguagem os mais variados, o uso do sinal de aspas é um deles. Em “Charles – pela graça de Deus’ ou simplesmente pelo arcabouço constitucional britânico – ascendeu à posição a qual estava predestinado, [...]” (3º§) pode-se afirmar que a expressão sublinhada e entre aspas indica:

- A) Ênfase à expressão empregada em seu contexto literal.
- B) Destaque do discurso do articulador em meio a outro discurso.
- C) Expressão que adquire entonação irônica em um contexto específico.
- D) Expressão de uma citação que fortalece a ideia desenvolvida pelo articulador.

Questão 06

Considerando-se os vários empregos da partícula “se”, identifique a indicação correta em relação ao destacado a seguir:

- A) “Mesmo no Reino Unido, se estiverem certos os professores [...]” (9º§) / partícula expletiva
- B) “[...] o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou [...]” (4º§) / partícula expletiva
- C) “Muito se especula se ele será a ruína da monarquia, [...]” (5º§) / indeterminação do sujeito
- D) “[...] tornando-se o atual Charles III do Reino Unido [...]” (3º§) / indeterminação do sujeito

Questão 07

Reconhecendo as características textuais apresentadas quanto ao tipo e gênero textual, identifique, a seguir, as que estão de acordo com o texto apresentado.

- I. Estrutura definida.
- II. Linguagem predominantemente coloquial.
- III. Utilização de argumento de autoridade.
- IV. Apresentação ao interlocutor acerca de determinado ponto de vista.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 08

De acordo com o texto:

- A) O parlamentarismo monárquico britânico pôde vislumbrar uma real consolidação mediante elementos pertencentes a uma realidade opositora.
- B) O protagonismo da figura de Charles III no trono é de fundamental relevância em um cenário de incertezas como o vivenciado após uma pandemia sem precedentes.
- C) Apenas estudos acadêmicos acalorados têm, atualmente, discutido as relações de poder nas mais variadas formas de governo assim como o papel de cada um de seus atores.
- D) Segundo estudiosos, a instituição milenar citada no texto reafirma ideias e condutas por ela instituídas sendo aprovada por todos os participantes (de uma forma ou de outra) desta forma de governo.

Questão 09

Tendo em vista a estrutura linguística apresentada na frase, a expressão destacada em *“Seria o ‘vida longa ao Rei!’ tão óbvia resposta [...]”* pode ser identificada gramaticalmente como uma expressão:

- A) Adjetiva.
- B) Adverbial.
- C) Conjuntiva.
- D) Substantiva.

Questão 10



(Disponível em: [Pode-se afirmar que a tirinha anterior apresenta como elemento textual igualmente presente no texto *“A rainha está morta: e agora?”*](https://www.google.com/search?q=lembra+de+quando+eu+nasci?+n%C3%A3o+conseguiu&tbm=isch&safe=vss&chips=q:lembra+de+quando+eu+nasci+n%C3%A3o+conseguiu,online_chips:calvin:83dQhEAClpo%3D&rlz=1C1GCEA_enBR992BR992&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwiGj5Lgqpn6AhVhM7kGHUGgBcUQ4IYoBnoECAEQKw&biw=1903&bih=969#imgrc=xjjk2VWNENjmvM.))</p>
</div>
<div data-bbox=)

- A) Discurso paradoxal.
- B) Discurso argumentativo cujo objetivo está definido.
- C) Narração como estratégia para envolver o interlocutor.
- D) Persuasão por meio de linguagem predominantemente conotativa.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

No departamento de matemática de uma universidade, cada professor leciona uma única disciplina. As professoras Joana, Patrícia e Mariana lecionam as disciplinas de análise real, álgebra linear e estatística, mas não necessariamente nessa ordem. Considere que apenas uma das afirmações a seguir é verdadeira:

- Joana leciona análise real.
- Patrícia não leciona análise real.
- Mariana não leciona estatística.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Patrícia leciona estatística.
- B) Mariana leciona análise real.
- C) Joana não leciona estatística.
- D) Mariana leciona álgebra linear.

Questão 12

Bolinhas amarelas e roxas foram colocadas em três urnas. A primeira urna contém 5 bolinhas amarelas, a segunda tem 10 bolinhas roxas e, na terceira urna, há bolinhas amarelas e roxas, totalizando 15 bolinhas nessa urna. Após fechadas, as urnas receberam as seguintes etiquetas: “Amarelas”, “Roxas” e “Amarelas e Roxas” e nenhuma etiqueta foi colocada corretamente. Com o objetivo de classificar adequadamente as urnas, é permitido avaliar apenas uma delas e retirar o menor número de bolinhas possível. Qual procedimento deverá ser feito para classificar corretamente as três urnas?

- A) Retirar três bolinhas da urna etiquetada como “Roxas”.
- B) Retirar todas as bolinhas da urna etiquetada como “Amarelas”.
- C) Retirar duas bolinhas da urna etiquetada como “Amarelas e Roxas”.
- D) Retirar uma bolinha da urna etiquetada como “Amarelas e Roxas”.

Questão 13

A seqüência de figuras contém uma regra lógica de formação; observe.

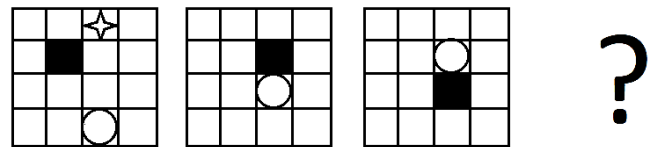


Figura 1 Figura 2 Figura 3 Figura 4

Assinale a alternativa que contém a figura que completa corretamente essa seqüência.

- A)
- B)
- C)
- D)

Questão 14

Com o objetivo de verificar a precisão de quatro diferentes termômetros, um experimento foi realizado no laboratório. Em quatro recipientes, um líquido foi colocado nas temperaturas de 10° C, 15° C, 20° C e 25° C, respectivamente. Na sequência, cada termômetro foi colocado em um único recipiente e as temperaturas aferidas foram:

	Termômetro 1	Termômetro 2	Termômetro 3	Termômetro 4
Temperatura	10° C	15° C	20° C	25° C
Resultado	9,8° C	14,7° C	19,4° C	24,6° C

Podemos afirmar que o líquido medido no termômetro mais preciso possui a temperatura de:

- A) 10° C
- B) 15° C
- C) 20° C
- D) 25° C

Questão 15

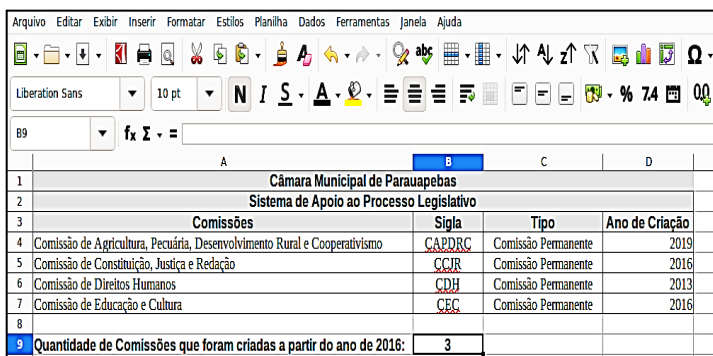
Dois aquários possuem a mesma quantidade total de peixes ornamentais, contendo as espécies *Platy* e *Molly*, apenas. No primeiro aquário, a razão entre o número de peixes da espécie *Platy* e o número de peixes da espécie *Molly* é de 1/3, nessa ordem. Já no segundo aquário, essa razão é de 3/2. Com o objetivo de higienizar devidamente os dois aquários, todos os peixes foram colocados em um terceiro aquário. No novo aquário, podemos afirmar que a razão entre o número de peixes da espécie *Platy* e o número de peixes da espécie *Molly*, nessa ordem, é:

- A) $\frac{4}{7}$
- B) $\frac{17}{23}$
- C) $\frac{15}{17}$
- D) $\frac{23}{20}$

INFORMÁTICA

Questão 16

Observe a imagem a seguir.



Na criação da planilha do programa *LibreOffice Calc 7.1* precedente, foi inserida na célula B9 uma fórmula para mostrar a quantidade de comissões criadas a partir do ano de 2016; assinale-a.

- A) =CONT.SE(D4:D7;>=2016)
- B) =CONT.SE(D4:D7;>=(2016))
- C) =CONT.SE(D4:D7;>="2016")
- D) =CONT.SE(D4:D7;">=2016")

Questão 17

A Unidade Central de Processamento (UCP) é o componente de *hardware* que executa as instruções apresentadas por um programa de computador. Assinale, a seguir, o componente da UCP responsável pelos cálculos e também pela manipulação de dados.

- A) Barramento.
- B) Unidade de Controle (UC).
- C) Memória de Acesso Direto.
- D) Unidade Lógica e Aritmética (ULA).

Questão 18

Para que uma empresa ou instituição consiga armazenar dados de seus clientes com o objetivo posterior de gerar informações úteis de forma eficiente, é necessário criar um banco de dados. Assinale, a seguir, a definição correta de banco de dados.

- A) Conjunto de dados não integrados que tem como objetivo atender a uma comunidade de usuários.
- B) Coleção de dados que, tipicamente, descreve as atividades de uma ou mais organizações relacionadas.
- C) Repositório único de dados de uma organização, o qual somente lhe é permitido inserir dados numéricos.
- D) Conhecido, também, como um conjunto de arquivos armazenados em disco, em que cada dado inserido no banco é transformado em um arquivo com a extensão *.bd.

Questão 19

Diariamente são noticiados ataques realizados por piratas digitais, conhecidos como *hackers* e *crackers*, que realizam ataques a *sites* de empresas e organizações governamentais. Em relação a tais piratas digitais, assinale a afirmativa correta.

- A) O *hacker* faz ataques apenas em *sites* de instituições financeiras, visando lucro fácil.
- B) O *cracker* faz ataques somente em *sites* do governo, alterando, principalmente, a página principal do órgão.
- C) *Hacker* é aquele indivíduo que utiliza o seu conhecimento para detectar e melhorar falhas e vulnerabilidades de sistemas de informação.
- D) *Cracker* é todo o *expert* em informática que invade os sistemas somente para demonstrar a sua competência. Este tipo de indivíduo não rouba dados.

Questão 20

Comunicação de dados são as trocas de dados entre dois dispositivos por intermédio de algum tipo de meio de transmissão, como um cabo condutor formado por fios. O modo de comunicação no qual cada estação pode transmitir, assim como receber, mas não ao mesmo tempo denomina-se:

- A) Duplex.
- B) Simplex.
- C) Full-Duplex.
- D) Half-Duplex.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 21

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Parauapebas/PA, no que tange à sua Câmara Municipal, considerando que é composta de 17 (dezesete) vereadores, é correto afirmar que:

- A) Quanto à prestação de contas anual do prefeito, para deixar de prevalecer o parecer prévio, é necessário quorum de 12 (doze) vereadores e 9 (nove) votos.
- B) Nas sessões da Câmara Municipal, em que a votação for aberta, é obrigatório o voto do Presidente, sendo facultativo quando a votação for secreta.
- C) Se a convocação extraordinária da Câmara Municipal, nos casos de urgência, for feita pelos vereadores, são necessários, ao menos, 9 (nove) vereadores.
- D) Para funcionar, a Câmara Municipal precisa da presença de, no mínimo, 12 (doze) vereadores, sendo este o quorum para aprovação de leis ordinárias.

Questão 22

Sobre a Lei Orgânica do Município de Parauapebas/PA, considerando a competência da Câmara Municipal, é correto afirmar que:

- A) Para conceder o título de cidadão honorário a uma pessoa, a Câmara Municipal depende da aquiescência do Chefe do Poder Executivo.
- B) Compete à Câmara Municipal dar posse ao prefeito e, em seguida, compete a ele, dar posse ao vice-prefeito e aos secretários municipais.
- C) A sustação de um decreto municipal que exorbita o poder regulamentar, quando realizado pela Câmara Municipal, prescinde de sanção do prefeito.
- D) A autorização para a alienação de um bem imóvel do Município, se realizada por voto da maioria absoluta dos vereadores, independe de sanção do prefeito.

Questão 23

Sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Parauapebas/PA, assinale a afirmativa correta.

- A) Não haverá posse no caso de provimento de cargo público pelo critério de promoção.
- B) Um servidor em férias, convocado para investidura em outro cargo, deve tomar posse em 20 (vinte) dias.
- C) O prazo para entrar em efetivo exercício do cargo público é de 15 (quinze) dias, contados da posse.
- D) A cada 10 (dez) cargos comissionados municipais, 3 (três) devem ser ocupados por servidores efetivos.

Questão 24

Joca, servidor municipal, praticou crime contra a Administração Pública. Quanto ao regime disciplinar, nos termos do Estatuto dos Servidores do Município de Parauapebas/PA, considerando a situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) Se causar prejuízo a terceiros, após ação de regresso, responderá objetivamente pelos danos causados.
- B) Se absolvido no processo penal por falta de provas, não restará afastada a responsabilidade administrativa.
- C) Se causar prejuízo ao erário, na hipótese de falecimento, o dever de ressarcimento não alcança os herdeiros.
- D) Se o crime contra a Administração for praticado por conduta omissiva, não haverá responsabilidade administrativa.

Questão 25

Considerando o Estatuto dos Servidores do Município de Parauapebas/PA, é correto afirmar que:

- A) O pagamento de auxílio-reclusão deve perdurar na hipótese em que o servidor for colocado em liberdade provisória ou condicional.
- B) Uma das indenizações pagas ao servidor é a ajuda de custo e destina-se a compensar os custos de deslocamento a trabalho com o uso de veículo próprio.
- C) Para fins de adicional noturno, em caso de jornada mista, se mais de 2/3 (dois terços) for exercida à noite, o adicional incidirá sobre a jornada integral.
- D) O Estatuto prevê auxílio funeral, pago ao servidor que custeou as despesas de sepultamento de uma tia, desde que comprovado que ela era convivente no núcleo familiar.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 26

No que tange ao Título IV da Constituição de 1988 (Organização dos Poderes), que compreende os artigos 44 a 135, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () É da competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre a organização e funcionamento da polícia legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- () É função institucional do Ministério Público requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- () Um dos motivos que poderão ensejar a acusação de crime de responsabilidade e eventual instauração de processo de *impeachment* em face do Presidente da República é a prática de ato que atente contra a segurança interna do país.
- () A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, cujo mandato coincide com o período da sessão legislativa. Já o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, eleitos segundo o princípio majoritário.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, F.
- B) F, F, F, V.
- C) V, F, F, V.
- D) V, V, V, F.

Questão 27

No ano de 2030, ainda sob a vigência da Constituição de 1988, um grupo de protestantes contra o governo e insatisfeitos com os rumos da economia no país ganha corpo e arregimenta milhares de pessoas em determinada localidade do país. No dia 7 de setembro de 2030, insuflados pelo ambiente de discussões cívicas, integrantes de tal grupo começam a depredar prédios públicos e invadem repartições do governo federal, não sendo possível o controle da situação pelas forças policiais estaduais. O Presidente, convicto de que o quadro representa um estado de iminente instabilidade institucional, ocasionando ameaça à ordem pública, pretende instaurar o estado de defesa como resposta. Diante disso,

- A) o decreto que instituir o estado de defesa poderá ser decretado por todo o tempo que perdurar o quadro que leva à instabilidade institucional no país.
- B) cabe ao Presidente, inicialmente, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretação do Estado de Sítio, expondo os motivos determinantes do pedido.
- C) na vigência do estado de defesa diversas garantias constitucionais poderão ser flexibilizadas, sendo exemplo disso a possibilidade de incomunicabilidade do preso, desde que justificada pelo executor da medida.
- D) o decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as quais poderão estar restrições ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações.

Questão 28

Considere a seguinte situação hipotética: em 2030, após o procedimento previsto para tal, o estado de Minas Gerais sofre desmembramento de sua parcela situada ao sul, sendo criado um novo estado, que recebeu o nome “Café com Leite”. Em 2031, inconformados com o desmembramento ocorrido e insatisfeitos com a economia, um grupo de pessoas se acorrenta em frente à Assembleia Legislativa do estado “Café com Leite”, afirmando que não permitirão que quaisquer servidores ou parlamentares ingressem no prédio. A situação perdura por semanas, sem intervenção eficaz da força policial local. O Presidente da República, preocupado com o quadro, acredita que a intervenção federal no estado “Café com Leite” seria a melhor solução, uma vez que garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação seria uma hipótese constitucionalmente justificável para tal. Considere, ainda, que durante todo o ocorrido a Constituição de 1988 estava vigente. Nesse caso,

- A) a intervenção poderá ser decretada *ex officio* pelo Presidente da República.
- B) a intervenção dependerá, dentre outros requisitos, de solicitação do Poder Legislativo impedido.
- C) a intervenção dependerá, dentre outros requisitos, de provocação mediante representação do Procurador-Geral da República, provida pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) a intervenção não pode ser decretada pelo Presidente no caso, pois o rol das hipóteses de intervenção federal é previsto de forma taxativa na Constituição, e o caso narrado não encontra respaldo para a medida.

Questão 29

Analise as assertivas a seguir.

- I. Maria, cidadã mexicana que residiu no México até os 50 anos de idade, hoje se encontra com 70 anos e reside no Brasil há 20 anos. Nesse caso, Maria adquirirá a nacionalidade brasileira derivada pela via extraordinária, independentemente de pedido.
- II. John, americano naturalizado brasileiro que completou 18 anos em 01/09/2022, poderá ser eleito vereador da Câmara Municipal de Parauapebas/PA em pleito eleitoral a ser realizado em 01/10/2024, caso atenda às demais condições de elegibilidade.
- III. A instituição da pena de morte no Brasil em tempos de paz é uma proposta absolutamente inaceitável para a Constituição da República de 1988.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 30

Nos termos do Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Acerca do tratamento dado pela Carta Magna ao assunto, é correto afirmar que:

- A) As guardas municipais objetivam a proteção de bens, serviços e instalações municipais, bem como a apuração de infrações penais, conforme dispuser a lei.
- B) A polícia federal, dentre outras atribuições, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social e exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- C) As Constituições Estaduais poderão criar órgãos próprios da segurança pública no âmbito do Estado, além daqueles previstos na Constituição Federal, como é o caso, por exemplo, das Polícias Científicas.
- D) As polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, estão previstas como órgão de segurança pública na Constituição desde sua promulgação original em 1988.

Questão 31

“A expressão ‘ato administrativo’ surge como sendo uma decisão de autoridade administrativa ou uma ação, um fato da administração que tenha relação com essas funções (...). Nos primórdios da doutrina francesa, o ato administrativo decorreria da separação entre a jurisdição e a administração, no sentido de fugir à apreciação dos tribunais judiciários (...). Para outros, a base da concepção de ato administrativo se encontra no ‘Estado de Direito’.” São considerados requisitos dos Atos Administrativos:

- A) Sujeito; legalidade; forma; motivo; e, publicidade.
- B) Competência; finalidade; forma; motivo; e, objeto.
- C) Competência; interesse público; forma; e, solenidade.
- D) Sujeito; discricionariedade; forma; motivação; e, objeto.

Questão 32

Determinada empresa pública foi criada para administrar terrenos vagos da municipalidade. Entretanto, não exercendo corretamente o dever de vigilância, permitiu que um destes terrenos fosse ocupado por algumas famílias que lá se encontram por mais de cinco anos, sem nunca terem sido molestadas. Neste caso considerando a situação hipotética, o terreno ocupado:

- A) É bem público, não podendo ser adquirido por usucapião.
- B) Perdeu sua qualidade de bem público, eis que sem função social.
- C) É bem dominical e, portanto, rege-se pelo regime jurídico privado.
- D) É terra devoluta e pode ser usucapido, provada a posse e o tempo.

Questão 33

Determinado concurso, para cargo na Administração Pública Federal, teve seu resultado final divulgado. Entretanto, logo após a publicação, houve denúncia, com fortes provas a respeito do ilícito praticado, de que houve vazamento das respostas às questões, para um grupo de candidatos (todos aprovados) que pagaram pela informação. Imediatamente o presidente da banca do certame suspendeu o concurso e não homologou o resultado. Alguns candidatos, justamente os que haviam comprado as respostas, ingressaram com recurso administrativo, afirmando que uma vez publicado o resultado final do certame não haveria possibilidade de suspender o concurso, cujo resultado só poderia ser anulado em ação própria. Neste caso, é possível decidir sobre a questão proposta que:

- A) Antes de suspender o concurso daria oportunidade de defesa a todos os aprovados, conforme publicação.
- B) O ilícito praticado por alguns não pode ferir direito adquirido dos que foram regularmente aprovados, que deveriam ser nomeados.
- C) Deve-se manter a suspensão do concurso, já que a Administração Pública tão somente está exercendo seu poder-dever de autotutela.
- D) Deve-se homologar o certame, dando posse aos aprovados e, posteriormente, abrir um processo administrativo para apurar os fatos e punir os faltosos.

Questão 34

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de poder de impor sanções, sempre que houver infração de caráter funcional.
- II. Diz respeito ao poder de expedição de atos com efeitos gerais e abstratos.
- III. Tem como objetivo propiciar a organização, fiscalização e correção das atividades exercidas pelos órgãos vinculados.
- IV. Destina-se a assegurar o bem-estar da sociedade, impedindo o exercício abusivo dos direitos individuais.

Considerando as assertivas, assinale a associação correta das definições apontadas.

- A) I. Poder de Polícia II. Poder Regulamentar III. Poder disciplinar IV. Poder Hierárquico
- B) I. Poder Hierárquico II. Poder de Polícia III. Poder disciplinar IV. Poder Regulamentar
- C) I. Poder Disciplinar II. Poder Regulamentar III. Poder Hierárquico IV. Poder de Polícia
- D) I. Poder Disciplinar II. Poder Hierárquico III. Poder Regulamentar IV. Poder de Polícia

Questão 35

Entender os princípios que regem a administração pública do ponto de vista jurídico é imprescindível para analisar a atuação das autoridades brasileiras e compreender suas atribuições, competências e limites, especialmente no momento em que a sociedade brasileira se encontra. Os princípios são elementos estruturantes de regimes jurídicos, responsáveis por conferir identidade ao sistema normativo. Ou seja, são premissas centrais no direito, implícitas ou explícitas, que vinculam a compreensão das previsões legais por sua própria abrangência. Considerando o que o trecho reproduzido registra, destaca-se no arcabouço constitucional um complexo princípio que, do ponto de vista deontológico, consiste em uma gama de obrigações e regras que determinam que o agente público deve andar em linha com a ética. Trata-se do princípio da:

- A) Legalidade.
- B) Moralidade.
- C) Razoabilidade.
- D) Impessoalidade.

Questão 36

Em determinado processo, o juiz agravou a pena do acusado em decorrência da reincidência. A Defensoria Pública, na defesa do réu, recorreu, considerando que tal agravamento seria, na verdade, um *bis in idem*, punindo o acusado, duas vezes, pelo mesmo fato. Neste caso, é correto:

- A) Desacolher o recurso, em observância ao princípio da congruência.
- B) Desacolher o recurso, aplicando o princípio da individualização da pena.
- C) Acolher o recurso, em decorrência do princípio da individualização da pena.
- D) Acolher o recurso, uma vez que a medida contraria o princípio da razoabilidade.

Questão 37

Cícero, pessoa de poucos recursos, analfabeto e morador de casa simples, em uma pequena vila do interior do país tentou internar seu filho, com 20 anos de idade, portador de doença mental. O rapaz, quando em vez, tem crises de agressividade, quando se autolesiona e agride os que estão por perto. O médico consultado disse que o problema de Cícero não teria cura e que teria que retornar a casa. Como são apenas os dois, não tendo com quem deixar o filho, ao sair para a lavoura, Cícero mantém o rapaz em um quarto com grades, trancado com cadeado, para que não possa sair. Sabendo que Cícero é pessoa de poucos estudos e nenhum conhecimento das leis, pode-se afirmar que:

- A) Cícero não pode alegar o desconhecimento da lei para evitar sua punição.
- B) Cícero age em erro de proibição, eis que não possui a potencial consciência da ilicitude de sua conduta.
- C) Cícero cometeu, quanto ao crime de cárcere privado, erro de tipo inevitável, não podendo ser punido.
- D) Cícero atua em estado de necessidade, sacrificando um direito menor, a liberdade, para proteger um mais relevante, a vida.

Questão 38

Investigações preliminares deram conta de que em determinada residência estar-se-ia praticando tráfico de entorpecentes e de armas. As investigações partiram de denúncia anônima. Tendo obtido a informação que uma grande quantidade de drogas estaria guardada na casa, os policiais, sem mandado judicial, ingressaram na residência, quando já anoitecia, e fizeram a apreensão da droga e das armas. Considerando o caso hipotético, o flagrante obtido da forma descrita é:

- A) Válido, para permitir que o flagrante seja constatado.
- B) Inálido, por não ter sido instruído com o indispensável mandado judicial.
- C) Válido, por haver fortes indícios que na casa estava sendo cometido um delito.
- D) Inálido, por ferir o dispositivo constitucional da inviolabilidade do domicílio.

Questão 39

Analise as afirmativas; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Cabe singularmente à União criar condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos vinculados à proteção da mulher contra a violência doméstica.
- () Com relação à violência doméstica contra a mulher pode-se afirmar que se constitui em uma das formas de violação dos direitos da pessoa humana.
- () É atribuição exclusiva do Município onde a mulher reside desenvolver políticas públicas que coíbam a violência doméstica contra a mulher.
- () É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) V, V, V, V.

Questão 40

“Trata-se de medida acauteladora, de restrição da liberdade de locomoção, por tempo determinado, destinada a possibilitar as investigações a respeito de crimes graves, durante o inquérito policial.” Tal informação se refere à prisão:

- A) Cautelar.
- B) Preventiva.
- C) Temporária.
- D) Em flagrante.

Questão 41

“Nos países _____ houverem abolido a pena de morte, esta _____ ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. _____ se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique _____.” Mantido o espírito lógico da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) que / poderá / Contudo / esta convenção
- B) que não / só poderá / Tampouco / atualmente
- C) que / ainda poderá / Todavia / pena mais branda
- D) que não / não poderá / Porém / pena mais branda

Questão 42

“Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou _____. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena _____ acompanhada de trabalhos forçados, esta disposição não pode ser interpretada no sentido de que proíbe o cumprimento da dita pena, imposta por juiz ou tribunal competente. O trabalho forçado _____ afetar _____ nem a capacidade física e intelectual do recluso.” Mantido o espírito lógico da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) degradante / de tortura / não pode / a integridade
- B) involuntário / de detenção / não deve / o discernimento
- C) extenuante / de reclusão / não pode / o convívio familiar
- D) obrigatório / privativa de liberdade / não deve / a dignidade

Questão 43

“Toda pessoa tem direito à liberdade _____ e de religião. Esse direito _____ liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de _____ sua religião ou suas crenças, _____, tanto em público quanto em privado.” Mantido o espírito lógico da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) espiritual / impõe a / crer e cultuar / sem prévia autorização
- B) política / decorre da / acreditar e defender / em casa ou no trabalho
- C) de crença / prescinde da / manifestar e disseminar / de forma escrita ou verbal
- D) de consciência / implica a / professar e divulgar / individual ou coletivamente

Questão 44

Em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise os direitos a seguir.

- I. Assistência especial à criança nascida fora do matrimônio.
- II. Padrão de vida capaz de assegurar vestuário para si e para a família.
- III. Prioridade de direito dos pais para escolher o gênero de instrução ministrada aos filhos.
- IV. Liberdade de locomoção, incluindo deixar o país e a ele regressar.
- V. Tomar parte no governo do país diretamente ou por legítimos representantes.

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos abrange a proteção aos direitos, está correto que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) IV e V, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 45

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise os casos a seguir.

- I. No país Alfa, não há lei de proteção contra o desemprego.
- II. No país Beta, a instrução superior é baseada no mérito.
- III. No país Gama, o casamento prescinde do livre consentimento dos nubentes.

Observado o espírito lógico da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- A) Os países Alfa, Beta e Gama não ofendem a Declaração.
- B) Os países Alfa e Gama estão de acordo com a Declaração.
- C) O país Beta ofende a Declaração e o país Gama está de acordo com a Declaração.
- D) O país Alfa ofende a Declaração e o país Beta está de acordo com a Declaração.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.



INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. Caso o candidato seja surpreendido portando os citados aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, o fato será lavrado no Termo de Ocorrência e ele será ELIMINADO automaticamente do Concurso Público.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O caderno de provas consta de 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Médio e 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Superior; 1 (um) Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, 1 (uma) Dissertação para o cargo de Redator Legislativo.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, Dissertação para o cargo de Redator Legislativo) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 5 (cinco) horas para os cargos de Nível Superior e 4 (quatro) horas para os cargos de Nível Médio. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, Dissertação para o cargo de Redator Legislativo).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Estudo de Caso para os cargos de Analista de Controle Interno e Analista de Sistemas; e, Dissertação para o cargo de Redator Legislativo) devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente, ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.